

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1531036 - BA
(2019/0185615-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E
OUTRO(S) - RJ049659
SILVIA ALEGRETTI - DF019920
EMBARGADO : PALHETA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA
ADVOGADO : RONNEY CASTRO GREVE - BA011791

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA INTERNA DAS SEÇÕES DESTA CORTE. NATUREZA RELATIVA. PRECLUSÃO. RECURSO PROTETATÓRIO. MULTA. CABIMENTO.

1. Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.
2. Hipótese em que a embargante utiliza-se do recurso integrativo para suscitar a nulidade do acórdão embargado em razão de suposta incompetência da Primeira Seção desta Corte, não havendo sequer indicação de algum dos vícios previstos no dispositivo supramencionado.
3. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "a competência interna disciplinada no RISTJ é relativa, devendo ser alegada antes do julgamento do respectivo processo, sob pena de preclusão " (AgRg nos EDcl no REsp 1157541/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018).
4. O art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 permite a aplicação de multa não excedente a dois por cento do valor atualizado da causa quando interpostos embargos de declaração reputados, fundamentadamente, manifestamente protetatórios.
5. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator